

QUANDO O TRABALHO INFANTIL SE TORNA UMA GENERALIDADE SOCIAL

Soraya Franzoni Conde – UFSC¹

Grupo de Trabalho 5. Trabalho-educação e a formação dos trabalhadores

Resumo: O objetivo deste texto é refletir sobre quando e como a exploração do trabalho infantil se torna um problema social, sua relação com a escola, a família e a educação da classe trabalhadora, de acordo com as transformações no modo de produção da existência, ocorridas com a instituição do trabalho coletivo e desenvolvimento da maquinaria na grande indústria do século XIX. Percorremos os clássicos estudos de Marx (1988a, 1988b, 2004, 2006), Hobsbawm (2007), Thompson (2002a, 2002b, 2002c) e Manacorda (2006). Os autores explicitam que fábrica e escola nascem juntas. A escola, assim como a legislação fabril, é o meio pelo qual o capitalismo regula a exploração e, assim, afasta crianças da degeneração precoce sem abrir mão, totalmente, de explorá-las ou de prepará-las à expropriação da maioria no futuro.

Palavras-chave: Exploração do trabalho infantil, Escola, Infância

Introdução

As habitações vazias! Ou talvez
A mãe tenha ficado só, sem ninguém para ajudá-la
A embalar o berço de seu bebê irritado.
Suas filhas não fiam mais junto dela,
Nem se preocupam com a expedição da pequena
produção diária doméstica;
não há mais o refinado trabalho de costura, nem a
algazarra junto ao fogo,
Onde antes se preparava a comida com orgulho.
Nada que preencha as horas ou traga alegria.
Nada para louvar, ensinar ou ordenar!
O pai, se ainda mantiver suas antigas mutações, tem de
ir ao campo ou ao bosque
Sem a companhia dos filhos.
Talvez vivessem desocupados – mas sob sua mira.
Respiravam ar fresco e pisavam sob a grama:
Até que o curto período da infância terminasse,
Para nunca mais voltar! Este direito inato está hoje
perdido²

¹ Doutora em Educação. Professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Woodsworth Livro III *The Excursion apud* Thompson (2002), A Formação da Classe Operária Inglesa II “A maldição de Adão” p. 216-217.

É lugar comum nas abordagens e pesquisas sobre o trabalho infantil no campo ou na cidade tratá-lo como produto de relações familiares autoritárias que, por baixa condição cultural e escolar, condenam injustamente suas crianças ao trabalho. Raras são as pesquisas que procuram compreender o contexto e a materialidade da vida das famílias das crianças trabalhadoras como oriunda de contraditórias relações capitalistas.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é retomar a constituição histórica da exploração do trabalho infantil, a partir dos clássicos estudos de Marx, Hobsbawm, Thompson e Manacorda identificando como as relações sociais emergentes nos primórdios do capitalismo europeu culminam na exploração humana independente do sexo e da idade.

A manutenção das estruturas de exploração do capital tem na educação da classe trabalhadora um dos elementos fundamentais. A escola, assim como a legislação fabril, é o meio pelo qual o capitalismo regula a exploração e, assim, afasta crianças da degeneração precoce sem abrir mão, totalmente, de explorá-las ou de prepará-las à expropriação da maioria no futuro.

O trabalho sob novas relações

Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem. (A. DE TOCQUEVILLE a respeito de Manchester em 1835, apud HOBSBAWM, 2007, p. 49)

A eminência da exploração do trabalho infantil data do final do século XVIII e início do século XIX. Esse período é marcado por transformações políticas e econômicas que iniciam a era industrial (HOBSBAWM, 2007). O processo ocorre primeiramente na Europa e espalha-se por todo o globo terrestre.

Segundo Hobsbawm (2007), nos primórdios da industrialização, o mundo era essencialmente rural, e apenas Londres e Paris eram genuinamente grandes (1 milhão e 500 mil habitantes respectivamente). O termo urbano incluía uma multidão de pequenas cidades provincianas onde se encontrava a maioria dos habitantes que se sentiam mais eruditos e elegantes do que os homens do campo, considerados fortes, lentos, ignorantes e estúpidos: “As comédias populares alemãs ridicularizavam a pequena municipalidade – *Kraehwinkel* – tão cruelmente como a mais caipira das roças. A linha que separava a cidade e o campo, ou melhor, as atividades urbanas e as atividades rurais, era bem marcada.” (HOBSBAWM, 2007, p. 29). Ainda conforme o autor, os habitantes das cidades eram fisicamente distintos dos

habitantes do meio rural, sendo os primeiros identificados como mais altos, letrados e rápidos, conforme as condições da vida citadina.

A agricultura e a produção de bens na Europa, ainda eram ineficientes frente às demandas do consumo e do aumento populacional que impulsionavam a especialização e a divisão do trabalho e criavam as condições propícias ao desenvolvimento da manufatura e, posteriormente, da maquinaria. Do campo advinham não só os alimentos e a matéria-prima, mas também o excedente humano – forças de trabalho potenciais – para ser explorado na cidade.

Ao estudar os *padrões e experiências*³ da classe operária inglesa durante a revolução industrial, Thompson (2002) ratifica que a inserção precoce no trabalho industrial é reflexo das determinações de vida familiar. As transformações no modo de vida⁴ dos trabalhadores resultam na queda do padrão de vida, no trabalho feminino e infantil. Para ilustrar a degeneração em que os trabalhadores urbanos estavam submetidos nas cidades, o autor elenca dados que corroboram o aumento da taxa de mortalidade infantil, na idade entre 0 – 5 anos, durante as primeiras décadas do século XIX, sendo relacionada às doenças, à subnutrição e às deformidades oriundas das novas ocupações:

Não há razão para se supor que a saúde dos operários adultos fosse inferior à média, existindo, inclusive, alguns indícios de que a dos fiandeiros de algodão melhorou entre 1810 e 1830, e principalmente depois, quando se limitou o número de horas de trabalho, se acondicionaram as máquinas em carcaças protetoras e se aprimoraram as condições de ventilação, de espaço e de limpeza. Contudo, seus filhos aparentemente sofreram os mesmos problemas típicos em outros setores. Num levantamento realizado a pedido dos patrões de Manchester, em 1833, verificou-se que os fiandeiros casados pesquisados tinham tido 3.166 filhos (numa média de quatro e meio para cada casal): entre eles, 1.922, ou 60,5% do total, ainda viviam, enquanto 1.244, ou 39,5% tinham morrido. Podemos supor, com razoável coerência, que os 39,5% subiram para 50% na época em que as crianças, ainda pequenas na ocasião da pesquisa, atingiram a idade de cinco anos (ou deixaram de atingi-la). Esta elevada taxa de mortalidade infantil entre os filhos de trabalhadores freqüentemente citados como beneficiários da Revolução Industrial pode ser atribuída, em parte, às condições sanitárias do ambiente. Pode também estar associada a uma deformação típica – o estreitamento da ossatura pélvica – das meninas que trabalham na fábrica desde a infância, trazendo dificuldade para os partos, com a debilidade dos recém-nascidos cujas mães trabalhavam até a última semana de gravidez, e, acima de tudo, com a falta dos necessários cuidados com os recém-nascidos. [...] Mães muito jovens, que trabalhavam eventualmente na fábrica desde os oito ou nove anos, não tinham qualquer preparo doméstico; a ignorância médica era assustadora; os pais eram vítimas de superstições fatalistas (fomentadas, às vezes, pelas igrejas); os narcóticos, principalmente o láudano, eram utilizados para calar o bebê (THOMPSON, 2002b, p.196-197).

³ THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: A Formação da Classe Operária Inglesa II. (A maldição de Adão) . São Paulo: Paz e Terra. 2002. p. 179-289.

⁴ A substituição do pão e da aveia pela batata, o raro consumo de carne e os impostos altos que encarecem a cerveja são exemplos da queda no nível de vida da classe trabalhadora nos primórdios da Revolução Industrial, ao contrário das defesas otimistas feitas pelos proprietários capitalistas sobre o desenvolvimento do sistema.

As condições degenerativas de vida e de trabalho acarretavam em alta mortalidade e deformidades físicas entre os trabalhadores que tornavam figuras facilmente identificadas na rua por suas pernas tortas, ombros projetados para frente e tortos, tornozelos inchados, peito de “pombo” e outras deformações. Entre 1780 e 1840, conforme laudos médicos, relatórios de inspeção e estudos examinados pelo autor, a exploração de crianças aumenta de maneira considerável, principalmente nos campos carboníferos, nas olarias, nas cozinhas, nas operações em portinholas de ventilação e nas fábricas. Os conflitos entre classes sociais antagônicas já se estabeleciam de maneira incisiva. De um lado, os movimentos de trabalhadores e os relatórios médicos e de inspeção de fábricas denunciavam a mortalidade infantil e as péssimas condições de vida e de trabalho nas fábricas e, de outro lado, os arautos do liberalismo responsabilizavam as famílias pela exploração do trabalho infantil e afirmavam que não havia nenhuma novidade na inserção de crianças na indústria:

As condições são tão ruins nas “antigas” indústrias quanto nas novas; uma parte considerável de evidências é tendenciosa e exagerada; a situação já havia melhorado antes dos protestos de 1830; os próprios operários eram mais cruéis no tratamento às crianças; os protestos partiam de grupos interessados – proprietários de terras hostis aos industriais ou sindicalistas adultos interessados na redução da própria jornada de trabalho – ou intelectuais de classe média que nada sabiam da questão; e (paradoxalmente), a situação como um todo revelaria o crescente sentimento humanitário das classes empregadoras, ao invés de opressão e insensibilidade (THOMPSON, 2002b, p. 202-203).

Thompson (2002b) afirma que embora o trabalho infantil não seja algo novo, ele adquire uma nova conotação com a exploração da mais-valia. O autor considera que a criança é parte intrínseca da economia familiar e agrícola, anterior a 1780 e que certas atividades, como limpar chaminés e trabalhar em navios, desempenhadas por crianças pobres e órfãs antes da revolução industrial, eram piores do que muitas funções na fábrica. Entretanto, esses fatos isolados não eram destinados à exploração de mais valor e nem predominantes: “a forma predominante de trabalho infantil era a doméstica ou a praticada no seio da economia familiar. As crianças que mal sabiam andar podiam ser incumbidas de apanhar e carregar coisas” (THOMPSON, 2002b, p. 203).

Depoimentos de crianças carregando algodão na peneira, estendendo o algodão solto, girando manivelas, limpando o domicílio, preparando pão e cerveja são relatados pelo autor como exemplos de trabalhos realizados antes da exploração de crianças para a produção de mais-valia. Muitas famílias tinham interesse nas atividades que complementavam rendimentos com a ajuda da criança. Mas, em comparação ao trabalho industrial, as atividades

domésticas eram mais variadas e não havia prolongamento ininterrupto, mas um ciclo de tarefas. A introdução era gradual e respeitava as idades:

Nenhuma criança tinha que pisar sobre o algodão oito horas por dia, seis dias por semana. Em síntese, podemos supor que havia uma introdução gradual ao trabalho que respeitava a capacidade e a idade da criança, intercalando-o com entrega de mensagens, a colheita de amoras, a coleta de lenha e as brincadeiras. Acima de tudo, o trabalho era desempenhado nos limites da economia familiar, sob cuidado dos pais (THOMPSON, 2002b, p. 25).

Como podemos perceber, o autor ressalta que há diferenças significativas entre o trabalho infantil familiar, anterior à revolução industrial, quando os ritmos e as atividades respeitavam a capacidade e o limite de idade da criança, intercalando suas ações com entregas de mensagens e coleta de frutos, e o trabalho desenvolvido nas indústrias do século XIX com jornadas exaustivas, realizadas cinco dias por semana, e atividades repetitivas voltadas, fundamentalmente, à produção de mais-valia. O trabalho das crianças no âmbito familiar se destinava à produção de objetos para o uso e o consumo da família (valor de uso) e não, como ocorre no trabalho na grande indústria, para a produção de mercadorias a serem trocadas por dinheiro no mercado (valor de troca). Conforme Marx (2006), são as relações sociais que determinam a forma que o trabalho assume:

[...] um negro é só um negro. Só em determinadas relações é que ele se torna um escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna capital. Arrancada a estas relações, ela é tão pouco capital como o ouro em si [...]. Na produção, os homens não atuam só sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Produzem apenas atuando conjuntamente dum modo determinado e trocando suas atividades umas pelas outras. Para produzirem entram em determinadas relações uns com os outros, e só no seio destas relações sociais se efetua sua ação sobre a natureza, se efetua a produção. [...] As relações sociais em que os indivíduos produzem, as relações sociais de produção alteram-se, portanto, transformam-se com a alteração do desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças de produção. As relações de produção na sua totalidade formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, é na verdade, uma sociedade num estágio determinado, histórico, de desenvolvimento, uma sociedade com caráter peculiar, diferenciado. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são outras tantas totalidades de relações de produção, cada uma das quais designa, ao mesmo tempo, um estádio particular de desenvolvimento da história da humanidade. Também, o capital é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa. Os meios de subsistência, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas de que se compõem o capital – não foram eles produzidos e acumulados em dadas condições sociais, em determinadas relações sociais? Não são eles empregues para uma nova produção em dadas condições sociais, em determinadas relações sociais? E não é precisamente este caráter social determinado que transforma em *capital* os produtos que servem para a nova produção? (p. 18 – 19).

Conforme o autor, as relações sociais determinam o trabalho e a forma que os homens atuam uns sobre os outros. De acordo com esse pensamento, e refletindo sobre nosso objeto de estudo, poderíamos afirmar que uma criança é só uma criança e somente em determinadas relações sociais ela se torna uma trabalhadora. O trabalho, também, é só uma forma de produção da vida, e somente em determinadas relações, ele deixa de ser meio de produção de valores de uso e passa, prioritariamente, a produzir mais valor. Conforme Marx (1978, p. 76):

Uma cantora que entoa como pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital.

O autor define características próprias da produção capitalista: 1) a produção capitalista não é só produção de mercadorias, embora no seu seio todos os produtos sejam mercadorias; 2) é, em primeiro lugar, produção de mais-valia, de Capital, sob a vestimenta da mercadoria, desfrute do trabalho de outrem; 3) produção e reprodução da relação capitalista e do trabalho assalariado, onde a educação, a legislação e a religião assumem lugar destacado e sem as quais a produção de capital não é possível. Essas três características estão, segundo o autor, relacionadas de maneira interdependente. Dessa forma, a agricultura ou o trabalho artesanal, antes voltados à subsistência e à produção de valores de uso, transformam-se em produção para o comércio, cuja finalidade última é a troca por dinheiro. Na troca por dinheiro, o valor agregado ao produto é maior do que o valor pago ao trabalhador gerando, assim, a mais-valia.

Os efeitos da introdução da maquinaria na grande indústria

A introdução das máquinas na grande indústria do século XIX permite que o processo de trabalho, antes limitado pelas características individuais de cada trabalhador (idade, experiência, força e destreza), ocorra empregando menos força de trabalho para a produção da unidade mercadoria. A priori, a novidade da maquinaria está no alívio da labuta humana, pois uma máquina é capaz de produzir o que antes muitos seres humanos juntos produziam manualmente. Conforme Marx (1988b, p.8), na utilização de máquinas, “o homem, ao invés de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, atua como força-motriz de uma máquina-ferramenta” e, assim, “outras forças da natureza podem tomar o seu lugar”.

Além de superar as limitações humanas, na relação capitalista, a utilização das máquinas adquire características específicas que resultam na intensificação do ritmo produtivo dos trabalhadores, diminuição do número de empregados e aumento da exploração da mais-valia.

A máquina, ao incorporar a experiência, a qualidade, a força, a criatividade e a técnica do trabalhador, transforma-as, conforme Marx (1988b), em trabalho morto cuja propriedade passa a ser do capitalista e não mais do trabalhador. Além disso, ao diminuir o tempo de produção da mercadoria, barateia seu custo e encurta a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo:

Tal não é de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça ao capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia [...] Matemáticos e mecânicos explicam a ferramenta como máquina simples e máquina como ferramenta composta. Não vêem aí uma diferença essencial [...] Do ponto de vista econômico, no entanto, a explicação não vale nada, pois lhe falta o elemento histórico (MARX, 1988b, p. 5).

Conforme o autor, o uso de máquinas no processo de trabalho permite o aparecimento de características diferentes das formas medievais de produção da existência. Mas, essas diferenças não dizem respeito somente ao aumento da produção. O trabalhador deixa de executar sua tarefa separada e isoladamente e passa a ser um órgão da ação coletiva, exercendo parcialmente qualquer função fracionária. As tarefas são decompostas independentemente das habilidades do sujeito, que necessita apenas adaptar-se ao processo. Assim, o homem adulto torna-se cada vez mais desnecessário, podendo a água, o vento, as crianças e as mulheres ocuparem seu lugar:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros das famílias dos trabalhadores, sem distinção de sexo e de idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folgado infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro dos limites decentes para a própria família.

O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo da força de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda a sua família [...] amplia o material humano de exploração (MARX, 1988b, p 21).

As máquinas, ao permitirem a substituição do trabalhador adulto por crianças, conforme Marx (1988b, p. 21), resultam não só na perda da “alegria do folguedo infantil” como também das formas de trabalho familiar, desenvolvidas dentro dos limites descendentes da família.

As manufaturas, anteriores às grandes indústrias, embora também tivessem a produção ritmada e potencializada pelo trabalho coletivo, eram determinadas e limitadas pela habilidade humana. Nelas, a produção de mais-valor, ou seja, do *quantum* de tempo de trabalho não pago ao trabalhador, era predominantemente explorada de forma absoluta, ou seja, por meio do prolongamento da jornada de trabalho, o que os levava a lutarem pela sua diminuição. As manufaturas possuíam formas progressivas de trabalho e aprendizagem, fazendo do trabalhador adulto qualificado um mestre capaz de introduzir os mais novos gradualmente no processo de produção:

Nas gráficas inglesas de livros, por exemplo, ocorria antigamente a passagem, correspondente ao sistema da velha manufatura e do artesanato, dos aprendizes de trabalhos mais leves para os trabalhos de mais conteúdo. Eles percorriam as etapas de uma aprendizagem até serem tipógrafos completos. Saber ler e escrever era, para todos, uma exigência do ofício. Tudo isso mudou com a máquina impressora. Ela emprega duas espécies de trabalhadores: um trabalhador adulto, o supervisor da máquina, e mocinhos, em geral com 11 a 17 anos de idade, cuja tarefa consiste exclusivamente em colocar uma folha de papel na máquina ou retirar dela a folha impressa. Notadamente em Londres, eles executam essa faina vexatória por 14, 15, 16 horas ininterruptas, durante alguns dias da semana e com freqüência até por 36 horas consecutivas, com apenas 2 horas de descanso para comer e dormir. Grande parte deles não sabe ler e, em regra, são criaturas embrutecidas, anormais (...) Assim que se tornam velhos demais para o seu trabalho infantil, portanto o mais tardar aos 17 anos, são despedidos da tipografia. Tornam-se recrutas da criminalidade. Algumas tentativas de arranjar-lhes ocupação noutro lugar fracassaram em face de sua ignorância, embrutecimento, degradação física e espiritual. (MARX, 1988b, p 86).

A forma capitalista, com a introdução das máquinas, liquida as etapas de aprendizagem no trabalho que faziam do trabalhador adulto um profissional completo. Além da execução de tarefas simples e ininterruptas que embrutecem os corpos e as mentes, muito cedo os trabalhadores que começam a atuar ainda na infância se tornam figuras descartáveis, capazes de incrementarem as filas de desempregados que se submetem aos piores salários ou de aceitar a exploração dos próprios filhos como meio de sobrevivência familiar.

O emprego de crianças tornou-se algo tão vantajoso nos primórdios da Revolução Industrial que fabricantes anunciam precisar de “garotos bastante crescidos para que possam se passar por 13 anos”⁵, numa tentativa de burlar a lei fabril que delimitava o trabalho de menores dessa idade em seis horas. Na Inglaterra, conforme Marx (1988b) mulheres pegavam

⁵ REDGRAVE, A. In: Reports of Insp. of fact. For 31st October 1858 (p 40-41 *apud* MARX, 1988b, p. 22).

crianças em *Workhouses*⁶ e as alugavam por semana, semelhante à forma como se escravizavam negros nas colônias da América. Submetidos a essa situação, crianças e jovens iam à ruína física e mental, enquanto que a necessária ocupação extradomiciliar das mães condenava as crianças ao descuido, à má alimentação, à administração de opiatos para acalmar bebês famintos e ao envenenamento proposital (MARX, 1988b, p. 23).

Como exemplo das péssimas condições do trabalho domiciliar e da contradição existente na proibição de menores de 13 anos trabalharem nas indústrias sem freqüentarem a escola, Marx (1988b) evidencia que na produção de carvão, olarias e mineração, onde as máquinas em 1866 ainda eram raras, o trabalho ia das 5 da manhã às 8 da noite com emprego de crianças desde 4 anos de idade:

Crianças de ambos os sexos são empregadas a partir dos 6 e até mesmo dos 4 anos de idade. Trabalham o mesmo número de horas, freqüentemente mais que os adultos. O trabalho é duro e o calor do verão aumenta ainda mais o esgotamento. Numa olaria de Mosley, por exemplo, uma moça de 24 anos fazia diariamente 2 mil tijolos, ajudada por 2 garotas menores de idade como auxiliares, que traziam o barro e empilhavam os tijolos. Essas garotas carregavam diariamente 10 mil toneladas de barro por uma aclive escorregadio de uma escavação com uma profundidade de 30 pés, e numa distância de 210 pés (MARX, 1988b, p 71).

As ilustrações evidenciam que a exploração do trabalho infantil potencializa a mais-valia imediatamente, mas, em doses exageradas, ameaça a reprodução do sistema, elevando a degeneração e a mortalidade entre os trabalhadores precoces. Por isso, avançam as leis fabris que limitam a jornada de trabalho por idade e obrigam o ensino escolar para as crianças nas fábricas. Conforme o autor, nada poderia ser melhor para o modo capitalista de produção do que as leis que, por meio da coação do Estado, regulam formas de exploração com providências mínimas de saúde e higiene aos trabalhadores.

Para Marx (1988b), a legislação fabril e a instituição da escola são tão necessárias ao capital quanto a matéria-prima e a maquinaria. Combina-se trabalho e escola com regras que permitem aumentar a produtividade, preservar a força de trabalho e garantir a exploração no futuro:

A coisa é simples. Aqueles que só permanecem metade do dia na escola estão sempre lépidos e quase sempre dispostos e desejosos de receber instrução. O sistema de metade trabalho e metade escola faz de cada uma dessas atividades descanso e recreação em relação à outra e consequentemente muito mais adequadas para a criança do que a continuidade ininterrupta de uma das duas. Um garoto que desde manhã cedo fica sentado na escola não pode concorrer, especialmente quando faz calor, com outro que chega lépido e fagaceiro do seu trabalho (Child. Empl. Comm. *apud* MARX, 1988b, p. 85).

⁶ As *workhouses* eram casas em que os trabalhadores pobres podiam viver e trabalhar. As primeiras surgiram na Inglaterra em 1652 e constituíram uma forma barata de explorar pobres, desvalidos, órfãos no trabalho.

Porém, se na fábrica a fiscalização gera avanços relativos à regulamentação da legislação fabril, inferindo no poder de empregadores, a regulação do trabalho domiciliar (extensão departamental das fábricas), segundo Marx (1988b), aparece como interferência no poder paterno, uma vez que o fio que liga a produção em domicílio e agrícola com a produção industrial capitalista é de difícil visualização. Destarte, a condição de exploração familiar é dissolvida e dissimulada, pois, de um lado, os pais são culpados individualmente pelo problema e, por outro lado, a proclamação dos direitos das crianças, as políticas públicas e as escolas agem sem tocar nas múltiplas determinações que condicionam a exploração infantil.

No século XIX, ainda conforme o autor, ocorre a limitação da legislação fabril em seis horas para o trabalho infantil e a obrigatoriedade das crianças freqüentarem escolas em regimes de alternância com o trabalho. O número de dias letivos varia entre países e ramos de atividades. Na Escócia, por exemplo, as crianças acompanham a 150 horas de aulas no período de seis meses. As salas são multisseriadas, o número de alunos atendidos é maior do que a capacidade do espaço, há parco mobiliário, carência de livros e de materiais didáticos, além de professores que mal escrevem o próprio nome.

Como podemos perceber já no século XIX, as crianças da classe trabalhadora vão à escola não para terem acesso ao conhecimento historicamente acumulado, mas para pouparem-se da destruição precoce que as comprometem como trabalhadoras no futuro. Na escola, além de estarem temporariamente livres da exploração no trabalho, as crianças aprendem a ter disciplina e são instruídas com conhecimentos simples e genéricos - diferentes da formação propedêutica – e, assim, se potencializam como força de trabalho futura, capazes de operar a maquinaria. Dessa forma, a escola nasce para a classe trabalhadora como meio de regulação da exploração imposta pela relação capitalista de trabalho e também como forma de preparação para as novas formas que o trabalho adquire a partir dos avanços das forças produtivas.

Educação para o trabalho: legislação, escola e religião

(...) dominar a ferocidade das paixões insubmissas das crianças, reprimir a excessiva rudeza de seus costumes, castigar a desagradável e desmoralizadora obscenidade da sua linguagem; controlar a persistente rebeldia de seus desejos; torná-los honestos, obedientes, cordiais, diligentes, submissos e metódicos⁷⁸

⁷ Thompson (2002b, p. 291).

⁸ Idem nota 32.

Mészáros (2006) afirma que nenhum sistema se reproduz sem suas próprias formas de interiorização das condutas sociais. Segundo Figueira (2002), em qualquer época os indivíduos precisam saber que não podem existir de qualquer maneira, mas de um modo socialmente determinado. Dessa forma, a educação não é um apêndice mais ou menos útil, mas sim visceral para as relações sociais vigentes. Para a autora o processo de aprendizagem significa, fundamentalmente, aprender a viver e a sobreviver numa determinada relação social. É preciso aprender o significado geral da sociedade na qual se vive. Tanto para um filósofo quanto para um lixeiro é necessário existir um denominador comum. Ainda conforme Figueira (2002), no caso da sociedade burguesa, foi necessário transmitir que o ócio é algo contrário à própria existência, numa rejeição à concepção aristocrática que condenava o trabalho aos servos. A instituição da escola como local privilegiado da aprendizagem reflete as mudanças nas formas de produção da vida que deixa de ser artesanal e individual e passa a ser coletiva.

Os homens livres, criados pelo processo intitulado por Marx de “Acumulação Primitiva”, não foram absorvidos pela manufatura com a mesma velocidade com que foram arrancados de suas terras. Primeiramente, converteram-se em massas de assaltantes, esmoleiros, vagabundos, gerando, entre o final do século XV e início do século XVIII, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Em 1530, Henrique VIII declamava:

Esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles m ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos e “se porem ao trabalho” [...] Aquele que for apanhado pela segunda vez por vagabundagem deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o atingido, como criminoso grave e inimigo da comunidade, deverá ser executado (MARX, 1988a, p. 265).

A citação ilustra a forma como os ex-trabalhadores rurais, expulsos de suas terras pelo processo de cercamento para a criação de ovelhas (destinadas à produção de lã para a incipiente fabricação de tecidos ingleses), foram enquadrados por leis e disciplinas necessárias à generalização do sistema de trabalho assalariado. Esse processo foi fundamental para o desenvolvimento de uma classe de trabalhadores que por “educação, tradição, costume reconhece as exigências do modo de produção nascente como naturais evidentes” (MARX, 1988b, p. 267).

A grande fábrica emergente enfrentava problemas com a falta de disciplina, submissão, metodismo, atenção, escrúpulos e obediência dos empregados. A principal dificuldade do

sistema fabril estava em “capacitar os seres humanos à renunciarem seus hábitos indisciplinados no trabalho [...]. Logo, foi necessário criar uma forma bem sucedida de disciplina nas fábricas, pois era “praticamente impossível converter os trabalhadores oriundos das ocupações agrícolas em operários úteis após a puberdade”. (THOMPSON, 2002b, p.237). Destarte, a educação das crianças pequenas era uma necessidade para o sucesso das relações sociais em ascendência. A indisciplina seria combatida pelo poder transformador da cruz de Cristo, da escola e da legislação. O trabalho era a cruz que o trabalhador convertido carregaria. A indisciplina tinha como consequência não somente a demissão da fábrica e a punição legal, mas também as “chamas do fogo do inferno”, numa articulação entre formas de coerção legal e religiosa para a submissão do trabalho fabril:

Como a alegria era associada ao pecado e à culpa, e o sofrimento (as feridas de Cristo) à bondade e ao amor, todos impulsos eram conduzidos aos seus oponentes, e se tornou natural supor que o homem ou a criança só eram dignos da graça aos olhos de Deus se desempenhassem tarefas penosas, laboriosas e renunciantes. Trabalhar e penal era um deleite, e o masoquismo era amor. (THOMPSON, 2002b, p. 253).

Manacorda (2006) também reflete sobre o entrelaçamento entre o nascimento da escola para a classe trabalhadora e as transformações no modo de produção da existência. O autor mostra que a partir da Reforma Luterana desenvolve-se uma crítica à educação tradicional e é acentuado o debate sobre a necessidade de ensinar à maioria da população as letras e o trabalho. Lutero projeta uma nova escola para uma nova vida, sendo a autodisciplina indispensável. Por isso, apela aos pais para enviarem suas crianças às instituições de instrução, mesmo que não possam dispensar a ajuda delas no trabalho familiar durante o dia inteiro. A escola para os pobres ensinaria coisas úteis para uma vida produtiva e civilizada, combinada com o tempo das crianças destinado ao trabalho familiar. Lutero, na *Carta aos Conselheiros de todas as cidades da Nação Alemã*, aponta que:

[...] a prosperidade, a saúde e a melhor força de uma cidade consiste em ter muitos cidadãos instruídos, cultos, racionais, honestos e bem-educados, capazes de acumular tesouros e riquezas, conservá-los e usá-los para o bem [...] ora, homens desse tipo devem ser educados assim desde crianças [...]. Portanto, é necessário que meninos e meninas sejam bem educados e instruídos desde infância [...]. Se os pais não podem privar das crianças o dia inteiro, mandem-nos (à escola) pelo menos uma parte do dia (LUTERO, 1524, *apud* MANACORDA, 2006, p. 197).

Lutero é considerado um dos precursores no enfrentamento da relação entre instrução-trabalho emergente com o declínio da forma artesanal e coorporativa de aprendizagem e o

nascimento das manufaturas. A defesa da capacidade de cada um interpretar a palavra divina foi a base da nova exigência da cultura popular e da participação na vida política.

Nesse período, o pensador liberal John Locke também evidencia preocupação com as classes populares, principalmente em prover às crianças escolas de trabalho que preparavam para atividades relacionadas à indústria fundamental. A disputa entre o ensino laico e o religioso, entre as letras e o estudo científico da realidade, é refletida nas grandes encyclopédias organizadas por Diderot e D'Alembert que defendiam o ensino adequado às transformações em curso: o artesão pela força de trabalho, o acadêmico como defensor das luzes e o homem rico custeando a maquinaria. Assim, nasce o ensino mútuo, inspirado da *Didática Magna*, de Comenius, que permite ensinar muitos alunos com um mestre. Para escrever bastava uma tabuinha com areia e o dedo acompanhado de uma rigorosa disciplina, conforme explica Manacorda (2006, p. 249):

Fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam as escolas de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem corporativa (e também a ordem dos jesuítas). Os filósofos e os soberanos iluminados não tinham nenhuma novidade do próprio cérebro, são apenas os intérpretes e os executores dessa realidade que está mudando.

É a partir da legislação fabril que as escolas se tornam uma necessidade para o ensino de generalidades às crianças da classe trabalhadora, além de atuarem favoravelmente à disciplina e aversão à preguiça.

Considerações finais

Os estudos sobre a Revolução Industrial, desenvolvidos ao longo deste texto, apontam que o trabalho da criança é anterior ao capitalismo, desenvolvendo-se nas formas tradicionais de economia familiar que combinavam tempo livre e ajuda. As atividades domésticas eram variadas e não havia prolongamento ininterrupto, mas um ciclo de tarefas. A introdução da criança era gradual e respeitava limites de idades (Thompson, 2002b).

O problema do trabalho infantil torna-se uma generalidade quando as atividades das crianças passam a ser voltadas não mais à produção de valores de uso à família, mas à produção de mais-valia. Esse momento coincide com a introdução das máquinas na grande indústria capitalista que as utiliza não como meio de aliviar a labuta, mas de ampliar a parte não paga da jornada de trabalho. Como o foco das relações sociais capitalistas é a produção de capital e não a humanização do ser social, as vantagens do trabalho coletivo e dos avanços

tecnológicos não são utilizados para liberarem as crianças para as virtudes das atividades de estudo, das brincadeiras, da arte, da música e da preguiça.

Como a exploração precoce pode comprometer o futuro da acumulação, a escola poupa, ocupa e prepara as crianças ao futuro do trabalho explorado. A exploração, para evitar o colapso do sistema e a degeneração precoce da força de trabalho, tem que ser regulada por meio da legislação e da necessidade da escola que, inclusive, quando combinada com o trabalho, aumenta a capacidade produtiva do trabalhador.

A compreensão da constituição histórica da exploração do trabalho infantil durante a Revolução Industrial evidencia que não são as famílias e nem as máquinas as grandes responsáveis pela exploração de crianças, mas sim as relações sociais em que as crianças, as famílias e as máquinas fazem parte. As determinações concretas de vida familiar, entre as quais destacam-se a descartabilidade precoce, a queda dos salários e a miséria da classe trabalhadora do século XIX, são as grandes responsáveis pelo envio de crianças às fábricas. Nesse sentido, a luta contra a exploração de crianças é, indiretamente, uma luta contra as condições materiais de vida que culminam na exploração dos adultos.

Referências bibliográficas

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 463p.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2006. 382p.

_____. **Para a crítica da economia política**. Prefácio. In: MARX, Karl e ENGELS, Friederic. *Obras escolhidas*. Moscovo: Edições Progresso; Lisboa: Edições “Avante”, 1982. p. 529-543. Tomo 1.

_____. **O Capital (crítica da economia política)**. Livro 1 Vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. 287p.

_____. **O Capital (crítica da economia política)**. Livro 1 Vol II. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. 294p.

_____. **O Capital (crítica da economia política)**. Livro 2 Vol III. São Paulo: Nova Cultural, 1988c.

_____. **Capítulo VI - Inédito de O Capital**. 2a ed. São Paulo, SP: Centauro Editora, 2004.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. 5 de abril de 1849. Obras Escolhidas em Três Tomos. Cidade: Editora Avante, 2006.

MARX, K, ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**.7aed. São Paulo, Ed: Hucitec, 1989.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. 231 p.

_____. **A formação da classe operária inglesa I (A árvore da liberdade)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004a. 204p.

_____. **A formação da classe operária inglesa II (A maldição de Adão)**. São Paulo: Paz e Terra, 2002b. 347p.

_____. **A formação da classe operária inglesa III (A força dos trabalhadores)**. São Paulo: Paz e Terra, 2002c. 440p.